

## **TRADUÇÃO**

### **O Problema das Notícias Falsas**

#### **The problem of false news**

Clarente K. Streit

O erro é o principal inimigo do jornalista. A imprensa, desde a sua origem – “fiat lux” foram as primeiras palavras algumas vez impressas -, tem combatido sem misericórdia as notícias falsas. Contra todas as probabilidades, os jornalistas têm tido de lutar pelo rigor. A própria tendência humana para o erro tem sido apenas um dos obstáculos com que nos confrontamos. Temos também contra nós a velocidade com que as notícias têm de ser reunidas, escritas, transmitidas, editadas, tipografadas, impressas e distribuídas. Cada item que escrevemos tem, antes de chegar ao leitor, de passar por várias máquinas e pelas mãos de várias pessoas, desconhecidas umas das outras, muitas vezes falando línguas diferentes.

Frequentemente, temos contra nós as fontes humanas. Muitas destas podem ser classificadas em duas classes permutáveis: aquelas que pretendem impedir-nos de sabermos ou de publicarmos notícias cuja publicação consideram ser contra os seus interesses e aquelas que procuram que publiquemos algo parcial ou inteiramente falso, mas que seja do seu interesse.

Por outro lado, temos contra nós um grande número de leitores, cuja filiação depende do assunto em causa, que é de tal forma influenciável que se torna incapaz de ver a verdade em certas coisas em detrimento da versão mais difundida ou popular. Adicionalmente, a maneira apressada como a maior parte dos leitores lê as notícias expõe-nos especialmente ao risco que correm todos os escritores: que os seus leitores retirem das suas palavras um falso significado ou conclusões não intencionais.

Estando entre as fontes e os leitores, nós, os coletores e escritores de notícias, estamos expostos ao risco de o que reportarmos ser mais ou menos distorcido ou falsificado por ser cortado na sede devido a exigências de espaço, tempo, política editorial ou de publicação, influência externa, etc.

Por tudo isto, somos sempre perseguidos por uma tremenda dificuldade que não prejudica nenhuma outra profissão ou negócio: as notícias, apesar de serem uma coisa extremamente difícil e onerosa de reunir e distribuir – ou mais precisamente, a coisa mais onerosa – são uma necessidade pela qual ninguém está disposto a pagar um valor sequer aproximado do preço que elas custam a produzir. Não há um único jornal que possa viver com aquilo que os seus leitores estão dispostos a pagar por ele. Para existirem, todos os jornais são forçados a complementar

as suas receitas provenientes da circulação através da venda de publicidade, através de contribuições públicas ou privadas, ou através de ambas. É apenas nos jornais que as pessoas ainda acreditam que conseguem algo em troca de nada – e esse algo é a mais preciosa das coisas, a verdade, e a verdade de forma quase instantânea.

Sempre contra as probabilidades, nós da imprensa temos que lutar pelo rigor e sempre de forma isolada, no sentido em que nunca tivemos um outro grupo organizado que pudéssemos considerar um aliado.

Temos encontrado aliados, mas, sempre com uma coligação flutuante composta maioritariamente por aqueles que desertaram ontem e aqueles que irão desertar amanhã, tivemos que manobrar contra o nosso poderoso inimigo. Se “A” pretende conhecer a verdade acerca do item “X”, existe “B” que quer suprimir essa verdade e conhecer antes a verdade sobre o item “Y”, a qual “A”, por sua vez, pretende distorcer. A única pessoa com que se pode contar para não só conhecer os itens X, Y e Z, mas também dizer aquilo que sabe sobre A, B, C e quaisquer outros que possam interessar é o jornalista.

Deve já ser evidente que a nossa associação recebe qualquer aliado ou qualquer coisa que possa, de forma honrada e efetiva, ajudar o jornalista na sua luta contra a falsidade.

Estamos muito gratos por ver o Conselho interessado numa parte desta questão e é com gratidão por este privilégio que respondemos a este amável convite para expressarmos as nossas opiniões sobre “o delicado problema da disseminação de notícias falsas responsáveis por complicar a manutenção da paz e da compreensão entre povos”. Iremos discorrer sobre aquilo que estamos convencidos serem as raízes desse problema e iremos sugerir como consideramos que o problema pode ser resolvido. Primeiro, contudo, temos de preparar o caminho.

Para começar, temos de salientar que as notícias falsas podem ser disseminadas através de outros meios que não a imprensa. Entre eles, iremos mencionar apenas dois. Primeiro, as notícias difundidas por boca-a-boca, a conversa local, mexericos, rumor público. O que a imprensa tem feito para contrariar esse tipo de notícias falsas é bem conhecido. O segundo pode ser conhecido, ou agrupado, pelo nome de “relatórios secretos de agentes de serviços de espionagem”. Os seus autores anónimos têm pouco mais que a sua imaginação a retrai-los. Os espiões podem expiar o seu rancor contra qualquer figura pública ou jornalista seguros de estarem fora do alcance das leis contra a difamação e de que as suas vítimas nunca saberão precisamente quem ou o quê os está a envenenar. Nós, jornalistas, que estamos habituados a fazer o nosso trabalho de forma aberta, consideramos abominável este sistema, e aqueles entre nós que tiveram a oportunidade de ver como são produzidos estes dossiers secretos, ou viram algum do seu conteúdo, consideram o crédito que lhes é atribuído um tributo ao poder do glamour e uma forma de credulidade. Confiamos que o Conselho não ignorará na sua investigação um meio tão pernicioso de disseminação e perpetuação de falsas notícias como são os serviços secretos.

Acima de tudo, temos de tornar claro à partida que não podemos limitar a questão das notícias falsas da forma que o Conselho fez. Estamos preocupados com as notícias falsas não por causa do seu efeito, mas porque são falsas. Não nos opomos a nos confinarmos, no pequeno grau em que isso é possível, a uma fase do vasto problema que são as notícias falsas. Todavia, para nós, essa fase tem de ser o problema de as notícias falsas dizerem respeito ou afetarem as relações internacionais – não o facto de as notícias falsas serem passíveis de ter um bom ou um mau efeito nessas relações.

É verdade que, na prática, o jornalista pode ser influenciado, individualmente, em algum grau, por considerações sobre o possível efeito positivo ou negativo da publicação de uma determinada notícia. Porém, opomo-nos a qualquer tentativa de estabelecer uma regra ética geral para ser seguida para todos e para sempre.

Gostaríamos de salientar que, na verdade, as notícias falsas podem ser um contributo ou uma ameaça à paz e que nas relações internacionais, como nas pessoais, a verdade pode prejudicar ou ajudar à boa comunicação. Pela nossa experiência, sabemos que nada é tão perturbador ou problemático como a verdade. A vítima de notícias falsas, pode, pelo menos, apreciar a satisfação da auto-comiseração, inocência indignada e todos os outros prazeres associados ao mártir. Mas, quando a verdade magoa, magoa duplamente, pois, nessa altura, apenas a podemos negar mentido a nós próprios, e isso não serve de consolo.

Por outro lado, quer-nos parecer que apenas a teoria de as falsas notícias serem menos prejudiciais à paz do que a verdade pode justificar o segredo com que o Conselho e o Comité dos Dezanove da Assembleia lidaram com o conflito sino-japonês, pois impedir jornalistas de ouvirem reuniões que eles teriam de noticiar tem certamente o objetivo de ajudar a disseminação de notícias incorretas.

A política relativamente à comunicação sobre este conflito que a Liga tem seguido tem sublinhado a profunda diferença entre aqueles que estão preocupados com o efeito das notícias e nós próprios, que estamos preocupados com o seu rigor. Num dia, o Conselho faz tudo para impedir a publicação da verdade sobre as suas deliberações, com a justificação de que estaria a servir a causa da paz; no dia seguinte, reúne em público nom esforço para conseguir o mesmo objetivo pacífico e por colocar pressão mediática sobre um ou ambos os lados do conflito.

Esta atitude faz da imprensa não um meio de informação para todos, mas uma arma, ou, no melhor dos cenários, uma espécie de lanterna que pode ser ligada ou desligada como melhor convier politicamente. É uma atitude demasiado comum. Praticamente todos os organismos poderosos pretendem controlar a imprensa dessa forma. Contudo, nós acreditamos que, por mais nobre que seja o motivo ou mais bem-intencionado seja o seu executante, nada é mais perigoso para o interesse geral. Se todos os que acreditaram que o caminho para a mesma ideia de paz passava pela preparação para a guerra de forma pública (em vez de reunirem em segredo) controlassem completamente a imprensa, nenhum dos factos que levaram o mundo a

acreditar atualmente que o caminho para a guerra é a preparação para a guerra teriam sido alguma vez impressos.

O interesse individual pode ser prejudicado pela publicação de certos factos, mas isso é insignificante comparado com os danos que seriam causados se todas as notícias que prejudicassem os interesses individuais de alguém fossem suprimidas. Os factos que cada um está interessado em receber através do seu jornal são infinitamente mais do que aqueles que está interessado em prevenir que nele surjam. O interesse geral exige que os factos sobre tudo estejam à disposição de todos. Exige que ninguém esteja na capacidade de se colocar acima da imprensa e diga: este facto deve ser publicado porque nós acreditamos que faria o bem e este facto deve ser suprimido porque nós acreditamos que seria prejudicial. O interesse geral exige que o jornal deve ser livre de imprimir as notícias, sem medo ou favor e independentemente das consequências. Não pedimos mais do que isso. Quando Gutenberg começou a imprimir, fê-lo sem adjetivo ou advérbio: *Fiat lux*. Esta associação defende hoje aquilo que a imprensa sempre defendeu: a luz do dia, eterna para tudo e para todos.

Antes de abordarmos a solução para o problema das notícias falsas, a natureza do problema com que lidamos tem de ser clarificada. Para evitar confusão, é preciso ter em mente que o jornal tem duas funções – primeiro, reportar as notícias e, segundo, dar a sua opinião sobre elas. Naturalmente, aqui estamos apenas preocupados com a sua função informativa. O problema é sobre notícias falsas e não sobre outro mais delicado: se os comentários jornalísticos sobre as notícias são corretos ou incorretos, bons ou maus. A melhor forma de melhorar a correção do comentário é, claro, melhorar o rigor das notícias. Apesar de conclusões incorretas poderem ser retiradas de factos, é bastante menos provável que conclusões incorretas sejam retiradas de premissas incorretas. Contudo, estamos, agora, apenas diretamente preocupados com a qualidade das premissas que o jornal dá ao mundo, não com as conclusões que retira delas.

Em segundo lugar, as notícias falsas podem ser de diversos géneros. Alguns autores poderiam classificar as notícias falsas tendo em conta a sua intencionalidade e lidariam com elas em conformidade. Nós duvidamos da sabedoria dessa abordagem ao problema, pois essa é uma estrada com muitos obstáculos, especialmente se tivermos em conta o propósito do Conselho de considerar as notícias falsas a partir do ponto de vista dos seus efeitos nas relações internacionais. Um erro não intencional pode ser mais prejudicial do que um erro intencional; o último pode ser julgado desculpável ou mesmo louvável e o primeiro imperdoável ou mesmo negligência grosseira. Isso depende inteiramente do caso de quem julga. O que nos impressiona muito mais, contudo, é, primeiro, a dificuldade (para não dizer impossibilidade) em encontrar formas para determinar se o erro foi intencional ou não e desculpável ou não nos casos específicos em que tal conhecimento seria mais importante e, segundo, os perigos envolvidos em qualquer tentativa para estabelecer um mecanismo de filtro para todos os casos.

Isto não é meramente devido ao pequeno número de leigos que parece ser capaz de perceber que são múltiplas as possibilidades de erros honestos nas notícias. Existe um outro fator que pode complicar particularmente a própria parte do problema – as notícias sobre relações internacionais – com que o Conselho está mais preocupado. O jornalista pode apenas obter a verdade sobre muitas coisas, especialmente neste campo, se a sua fonte estiver confiante que o jornalista, aconteça o que acontecer, não revelará o nome da sua fonte. Deste modo, tornou-se uma regra não escrita por parte de jornalistas reputados nunca revelar quem lhes deu as notícias, se isso prejudicar a sua fonte.

Este código de segredo profissional tende a transferir a responsabilidade da fonte para o jornalista, no que ao público diz respeito, no caso das notícias publicadas através dele. Além disso, obriga o jornalista a ver a sua boa fé imposta pela fonte, o que, infelizmente, acontece muitas vezes. Esta prática implica, indubitavelmente, riscos para o jornalista, na medida em que apenas quando é mais ou menos perigoso dizer a verdade, ou quando é desejável disseminar notícias falsas impunemente é que uma fonte não quer ser conhecida.

O jornalista não é desprovido de medidas próprias de proteção contra a imposição. A sua memória sobre aqueles que retiraram proveito da sua fé é longa. Além disso, o seu *esprit de corps* é tal que a fonte que se impõe sobre um jornalista rapidamente atrai uma reputação, entre outros jornalistas, de ser pouco confiável ou pior, ao mesmo tempo que o nome de aqueles cuja honestidade e solidez se prova ao longo do tempo se espalha rapidamente na nossa profissão. O jornalista prefere, como é natural, que as suas fontes sejam responsáveis por aquilo que lhe transmitem e aproveitamos esta ocasião para incitar os estadistas em particular a que se deixem citar mais frequentemente.

Mas, onde isso for necessário de modo a reportar as notícias, o jornalista estará sempre disponível para correr os riscos que o seu código de segredo envolvem para si próprio e decidir, em cada caso, até que ponto é seguro para si confiar na boa fé do seu informador e quanto daquilo que souber terá a responsabilidade de reportar. A maioria das notícias importantes sobre as relações internacionais chega até ao público e, da forma que as coisas estão, chega apenas através deste sistema, o que, obviamente, torna muito difícil para qualquer agência externa lidar de forma justa ou rentável com notícias falsas para casos específicos.

Por todas estas razões e mais algumas, não vemos forma segura de testar, com casos específicos, uma forma de classificação ou avaliação de tipos de notícias falsas. Na verdade, não conhecemos nenhuma forma segura de distinguir notícias verdadeiras de notícias falsas. Na prática, essa distinção parece, frequentemente, clara, mas, na verdade, o que é verdade para um homem é, muitas vezes, falso para o seu irmão e aquilo que é falso para o pai é muitas vezes verdade para o seu filho. Na melhor das hipóteses, a proporção de casos limite é enorme e é nesta zona discutível que se enquadra a maioria das notícias relacionadas com as relações internacionais.

Argumenta-se, por vezes, que um artigo evidentemente falso publicado no momento certo pode, concebivelmente, iniciar uma guerra. Isso seria algo difícil de provar e, mesmo que fosse provado, não passaria de mais uma forma de dizer que um fósforo acenderá uma fogueira. Sem a fogueira, o fósforo seria inofensivo. É a pilha de materiais inflamáveis que é perigosa, e é em casos extremos – madeira não contaminada com o enxofre do comprovadamente falso – que tais fogos são preparados.

Assim sendo, acreditamos que a única forma sensata de lidar com os problemas das notícias falsas é tratá-las como um todo a procurar soluções com vista a atingir, simultaneamente, o erro intencional e o erro não intencional. O nosso objetivo é impedir as notícias falsas de entrarem nas notícias, independentemente do “como”, do “porquê”, do “quando” ou do “onde”, e a forma de o conseguir passa por libertar e fortalecer a imprensa e por elevar os seus padrões de forma transversal. Essa é a nossa meta.

No nosso esforço contra as notícias falsas, aprendemos que o essencial para as prevenir é a liberdade – e liberdade num sentido muito mais largo do que aquele que é habitualmente transmitido pela frase “liberdade de imprensa”. A necessidade de liberdade nesse sentido é óbvia. São dois os seus aspetos que necessitam de explicação: a liberdade ou independência financeira e liberdade de acesso direto às notícias em produção. Destas, o primeiro é muito mais essencial, porque, caso a imprensa o consiga obter, não receamos que falhe na obtenção do segundo.

Entendemos como liberdade financeira uma condição em que o jornal individual é autónomo, no sentido em que consegue sobreviver decentemente com as receitas provenientes da circulação, suplementadas com as formas de publicidade que consegue vender sem se vender a qualquer anunciante ou aos anunciantes no geral. O jornal que é livre financeiramente é o jornal que não está dependente de qualquer interesse não jornalístico para a sua existência, que consegue pensar pela sua própria cabeça, que constitui uma unidade autónoma e independente.

Estamos confiantes que um jornal nessas condições fará tudo o que estiver ao seu alcance para impedir falsidades das suas notícias. E será assim porque num jornal assim serão os jornalistas de vocação que estarão no controlo.

Consideramos ser óbvio que o interesse público exige que cada campo do empreendimento humano obtenha os melhores resultados possíveis, e que isso pode apenas ser assegurado se deixarmos cada um desses campos sob responsabilidade das pessoas com a maior capacidade inapta para neles trabalharem. Iremos todos lucrar mais quando temos os nossos Darwins a dirigir os nossos laboratórios e não as nossas orquestras, e os nossos Beethovens a empunhar a batuta do maestro e não o bastão do marechal de campo. O mesmo acontece com o jornalismo. Tudo o que facilitar o livre exercício do jornalismo por aqueles que são jornalistas de vocação irá melhorar os padrões da imprensa; tudo o que interferir com isto será negativo e irá contra o interesse público. A forma mais garantida de encorajar a disseminação de notícias falsas é

aumentar o poder sobre a imprensa daqueles que, não sendo jornalistas, estão mais interessados no efeito das notícias; a única forma de desencorajar a disseminação de notícias falsas é aumentar o poder sobre a imprensa daqueles que estão interessados nas notícias apenas pelas notícias em si – e esses são os jornalistas. O problema das notícias falsas, naquilo que está ao alcance do homem, é o produto direto de controlo alheio à imprensa. É a origem do problema. A solução passa por remover, não por aumentar, este controlo externo. A solução para o problema das notícias falsas passa pela liberdade da imprensa, por permitir aos jornalistas que publiquem a verdade como cada um a vê.

Não é de estranhar que as reclamações sobre as notícias falsas venham principalmente daqueles que propõem novas restrições à imprensa. Nem é de estranhar que os jornais de maior renome pelos seus padrões de rigor e justiça tenham, invariavelmente, surgido em países em que a imprensa alcançou uma maior liberdade.

Se começarmos pelo princípio de ter a imprensa nas mãos dos jornalistas, então podemos imediatamente isolar a origem da doença das falsas notícias. Que é a seguinte: um jornal não pode sobreviver com aquilo que as pessoas pagam diretamente pelas notícias.

O ideal de cada jornalista é que o jornal possa viver apenas das receitas provenientes da sua circulação, daquilo que os leitores pagam pelo seu serviço. O desejo natural do jornalista de reportar a verdade como ele a vê seria não apenas livre, mas também encorajado, porque, sendo a verdade do interesse público, isso levaria ao aumento do número de leitores e, conseqüentemente, ao aumento dos meios para a obtenção da verdade.

O sistema em vigor está desenhado para limitar o jornalista e facilitar o controlo da imprensa por não jornalistas que estão não interessados na imprensa como um fim em si mesma – como um meio de informação – mas como um meio para os seus próprios objetivos. A parte do custo dos jornais que não é paga pelos leitores tem de ser paga por alguém, e esse alguém quer algo em troca do seu dinheiro. É desta forma que, direta ou indiretamente, entra em jogo o sinistro controlo externo da imprensa, sobre o qual existem tantas queixas e de quem ninguém mais do que o jornalista está desejoso de se ver livre. É este sistema que expõe o jornal e, conseqüentemente, as notícias a mais ou menos pressão secreta por parte de poderosos interesses industriais, financeiros, políticos ou governamentais.

O papel pernicioso desempenhado por esta peculiar situação financeira tende a crescer, porque a diferença entre aquilo que o jornal recebe dos seus leitores e o seu custo de produção está a aumentar, não a diminuir. À medida que o mundo se torna mais pequeno para o leitor, a sua necessidade de receber, a cada dia, notícias rigorosas de todas as partes do mundo sobre todo o tipo de coisas torna-se maior e, com isso, cresce também, para o jornal, o custo de fornecimento das notícias mundiais, ainda que o preço do jornal para o leitor se mantenha inalterado.

Isto resulta numa tendência constante para a criação de cadeias de jornais, menos jornais e, o que é mais perigoso, para menos unidades independentes de jornais. Isto significa que se atingiu

uma situação paradoxal em que a necessidade crescente de notícias rigorosas leva ao aumento do número de temas noticiados em jornais, ao mesmo tempo que diminui o número de relatos em primeira-mão independentes. Isto deve-se, principalmente, a duas razões. Por um lado, é um corretivo saudável para qualquer testemunha saber que os relatos de outras testemunhas oculares do mesmo evento serão dados ao mesmo tempo. Em segundo lugar, o fator humano está destinado a desempenhar um grande papel nesse testemunho, especialmente em jornais onde a testemunha tem de reduzir o seu relato a um espaço relativamente pequeno. Muitas vezes, o jornalista não tem sequer 500 palavras para relatar um complicado debate internacional em que foram ditas 50 mil palavras. O jornalista, e em particular aquele que tem de lidar com complexas controvérsias envolvendo relações internacionais, tem de se limitar àquilo que considera serem os elementos mais importantes, o que significa que o seu trabalho tem um elevado grau de seleção com base no seu julgamento pessoal.

Por esta razão, não só pode um jornalista deixar de fora ou minimizar o que outro irá noticiar, ou mesmo maximizar, como estará destinado a apresentar uma versão diferente, porque a verdade é um diamante com muitas faces, sendo impossível para uma testemunha vê-las todas. A única forma de se ter uma ideia da verdade completa é ler os relatos de uma variedade de testemunhos independentes, particularmente o que diz respeito a notícias sobre relações internacionais. Por outras palavras, o caminho para a verdade nas notícias reside na fomentação da existência, em cada país, do maior número possível de jornais independentes e prósperos de forma a que cada facto importante seja visto e noticiado por um grande prisma de pontos de vista.

Toda a gente sabe que nada é mais valioso do que a verdade, mas poucos parecem perceber que não há nada que custe mais. Para obter a verdade, o jornal não tem apenas de tentar conseguir o relato da testemunha ocular, mas da testemunha ocular que está treinada para observar e expressar de forma clara, concisa e justa o que viu ou ouviu. O jornal tem de manter estes observadores treinados não apenas espalhados não apenas na cidade e no país onde o jornal é publicado, mas também em todos os centros noticiosos estratégicos do mundo. Isso é caro. Depois, as notícias têm de ser enviadas dos confins do mundo, revistas, tipografadas, impressas e rapidamente distribuídas para centenas ou milhares de pessoas – e tudo isto diariamente. A velocidade é sempre onerosa. Quanto mais altos os padrões noticiosos de um jornal, mais alto o custo das notícias e mais dinheiro tem de ser gasto no processo de recolha e distribuição das notícias.

Esse é apenas uma face da moeda. A verdade não é apenas difícil de obter e de disseminar; é, muitas vezes, muito perturbadora depois de ser conhecida. O repórter e quem publica são alvos de todos os tipos de pressão, tanto depois como antes da impressão das notícias, por aqueles que se ressentem ou sentem prejudicados pela sua publicação. Poucos ou nenhuns jornais foram destruídos pela publicação de uma notícia falsa, mesmo que essa falha fosse deliberada. Pelo



contrário, muitos foram arruinados por dizerem a verdade. Resistir a todos aqueles que não querem que a verdade sobre algo seja conhecida é um negócio custoso.

Da mesma forma que o custo aumenta à medida que aumenta a pureza de algum produto, quanto maior os padrões de verdade de um jornal, maior o seu custo de produção. Todavia, já se provou, em tempos e locais diferentes, que o jornal com os padrões mais elevados precisa, para sobreviver, de vender o seu produto não só a uma fração ridiculamente baixa do seu custo, mas ao mesmo preço do produto adulterado ou a um preço apenas ligeiramente mais elevado. O leigo pode concluir que a solução reside em colocar o custo integral do jornal nos ombros do consumidor, aumentando os preços, como acontece com a maioria dos outros produtos. Isto não pode ser feito. Se um jornal com uma circulação de cem mil exemplares, vendidos a dois centimos a cópia, chegar à conclusão, dividindo o seu custo pela sua circulação, que os dois centimos representam apenas uma sétima parte da receita que necessita, não seria suficiente aumentar o seu preço para 14 centimos. Se o fizesse, teria sorte em manter 10 mil leitores. E, assim, teria de aumentar o preço para 1,40\$ por exemplar. Se mantivesse 100 leitores, ainda teria sorte – e teria de aumentar o preço do exemplar para 140\$. Ainda que conseguisse manter esta centena de leitores, teria falhado o objetivo do jornal – disseminar notícias rigorosas rapidamente para as massas. Mais, qualquer aumento geral no preço dos jornais tende a reduzir o número de jornais independentes e, por razões já apresentadas, isso é perigoso.

Aumentar o preço não apresenta, por isso, nenhuma solução. Pelo contrário, o interesse público exige que o preço se mantenha inalterado e que o jornal com os padrões mais elevados e com o serviço de notícias mais alargado e imediato deva estar acessível a todos. As notícias são uma necessidade das pessoas e, como acontece com o pão, a água e a educação, a única forma de cada pessoa estar segura é mantendo o produto mais puro à disposição de todos. Como assunto de política pública, é essencial que o preço do jornal se mantenha significativamente abaixo do preço de custo.

Além disso, o interesse geral é melhor servido se com dez centimos for possível comprar não um jornal, mas dez jornais.

Assim sendo, o problema é vender o jornal por uma fração do seu custo e, ainda assim, conseguir lucrar legitimamente, de forma a permitir que o jornal seja financeiramente independente. Isto parece impossível de conseguir, mas pode ser feito e, de facto, já foi feito. E foi feito através da publicidade. Apesar de ser essencial que o jornal esteja livre da influência dos seus anunciantes de forma a ser independente, isto não significa necessariamente que a publicidade seja perigosa para o jornal. Por um lado, receitas provenientes de um certo tipo de publicidade são suficientemente seguras para qualquer jornal. Por outro lado, já foi provado que é possível para um jornal atingir independência financeira através da força financeira proveniente das suas vendas de publicidade e através do poder e prestígio que alcançou pelos seus elevados padrões, a um ponto tal que os seus anunciantes, para continuarem os seus negócios, são forçados a comprar o seu espaço, quer gostem quer não. Em vez de o jornal ser dependente dos

anunciantes, os anunciantes tornam-se dependentes do jornal. Contudo, a experiência demonstra que é muito difícil alcançar e manter independência financeira desta forma, mesmo naqueles países em que a publicidade se desenvolveu suficientemente para que isso seja, sequer, possível. Não há, certamente, nenhuma solução segura ou geral baseada apenas na publicidade. O melhor que podemos dizer é que, genericamente, quanto menor for a fração da receita que um jornal precisa de obter através da publicidade, mais seguro será para esse jornal receber receita dessa fonte.

O problema pode, então, ser limitado para o encontrar do déficit normal entre o custo de produção de um jornal e a receita obtida pela circulação e para aquilo que chamaremos aqui de publicidade segura, sem que tenha de subir os preços de qualquer um deles.

O caminho para a solução reside, acreditamos, em abraçarmos a ideia que o mesmo interesse público que exige que o jornal seja vendido abaixo do preço de custo exige, do mesmo modo, que o jornal seja financeiramente livre. Em suma, o jornal é um servidor público. Se isso for verdade, o fardo que o leitor não assume quando compra o seu jornal deve recair sobre o contribuinte, como acontece com o custo da escola pública em que os filhos entram de forma "gratuita".

Se o princípio deve ser o mesmo para a escola e para o jornal, a sua aplicação tem de ser completamente diferente. Passar o fardo para o erário público como um assunto de interesse público não significa que o Estado deva suportar diretamente esse fardo, como acontece com as escolas, ou através de subsídios. Somos totalmente contra qualquer coisa deste género que tenda a dar ao Estado controlo sobre a imprensa. Seria muito melhor manter o sistema atual do que estabelecer qualquer sistema que pudesse permitir ao Estado exercer ainda mais pressão do que aquela que já exerce sobre um jornal. Os perigos de dar ao Estado qualquer controlo financeiro sobre a imprensa são demasiados óbvios para necessitarem de explicação. Dar esse tipo de controlo seria contrariar o interesse público que pretendemos exponenciar, nomeadamente pelo controlo da disseminação de notícias falsas através do apoio aos jornais para que estes sejam financeiramente livres e independentes, e isso significa, também, a independência do Estado.

Existem outros serviços públicos que exigem um controlo central. Contudo, a imprensa é um caso único na medida em que o serviço que presta ao público depende diretamente do grau em que está dividida em unidades independentes. Onde o problema com outros serviços é a centralização, o problema com a imprensa é assegurar a independência de cada jornal.

Assim, o problema passa por ajudar os jornais a serem financeiramente livres, fazendo com que as pessoas paguem em impostos aquilo que não pagam quando compram o jornal, evitando o perigo do controlo do Estado sobre a imprensa. Trata-se de reduzir o custo da produção do jornal em vez de aumentar o custo do exemplar do jornal para o leitor. A experiência demonstra que existem várias formas de fazer com que parte do fardo possa ser passado de forma segura para o erário público. Alguns deles já estão a ser seguidos, ainda que timidamente. De facto, os

jornais podem telegrafar notícias pelo menos a metade do preço normal. A maioria dos países permite que os jornais sejam distribuídos pelos serviços de correio a um preço especialmente baixo. Estes serviços são oferecidos à imprensa pelos Estados abaixo do preço de custo, o que significa que recaem sobre o erário público. Ainda assim, nenhuma destas benesses foi acompanhada pelo perigoso controlo da imprensa, graças ao facto de estas tarifas reduzidas estarem ao dispor de todos os jornais, indiscriminadamente. O único problema é este apoio não ser suficiente. As razões que permitem que a tarifa telegráfica para a imprensa funcione sugerem que a aplicação deste princípio seja significativamente estendida, tanto horizontal como verticalmente, e, claro, a toda a imprensa, com o objetivo de proporcionar apoio suficiente que permita aos jornais bem geridos viverem das receitas da sua circulação e de publicidade segura. O princípio seria estendido horizontalmente através de uma redução similar sobre outros itens que entram no custo da produção do jornal e, verticalmente, tornando essa redução muito maior. Se a tarifa da imprensa fosse, digamos, um décimo em vez de metade da tarifa normal, todos os jornais permaneceriam igualmente livres do controlo do Estado e ficariam mais livres dos perigos de controlo financeiro externo.

Como exemplos de algumas das coisas que poderiam ser estudadas como forma de estender a elas o princípio da tarifa da imprensa, poderíamos citar:

1. Todos os meios elétricos de transmissão de notícias, particularmente as tarifas de telefone e de telégrafo, de cabo ou sem fio, para longas distâncias;
2. Tarifas de transporte de jornais, nacionais e internacionais, particularmente correio aéreo;
3. Meios de transporte de jornalistas, por terra, mar ou ar, que impliquem um bilhete;
4. Passaportes, cartões de identidade, etc.;
5. Tarifas de transporte de papel de jornal, tintas e maquinaria;
6. Deveres de alfândega para papel de jornal, tintas e maquinaria;
7. Eletricidade para fábricas e escritórios de jornais;
8. Impostos diretos.

Não queremos com isto dizer, claro está, que é necessário agir sobre todas estas alíneas. O objetivo seria transferir uma parte substancial do custo da produção do jornal para o erário público e poderia chegar-se à conclusão que isso seria mais facilmente atingido, na prática, através de uma maior redução num número mais pequeno de itens, em vez de uma menor redução sobre um número maior...

Estas observações indiquem que este tipo de abordagem ao problema das notícias falsas leva-nos a um vasto leque de possibilidades que necessitam de exploração. A sensatez de estender à imprensa taxas especiais relativas aos itens 1, 2, 3 e 4 que abordámos parece-nos de tal

maneira evidente que as medidas que tenham de ser tomadas para as colocar em prática não deverão ser adiadas pelo estudo que requerem as nossas propostas como um todo. Para estas sugestões mais simples, uma ação rápida deve ser praticável. Assim, urgimos, particularmente, que o Conselho estabeleça uma redução substancial na taxa paga pela imprensa pelos despachos de notícias sobre a Liga que são transmitidos pelo serviço sem fios da própria Liga, e que a Liga recomende aos governos dos Estados membros da Liga que estão representados na Conferência Telegráfica de Madrid que considerem uma redução significativa na tarifa internacional da imprensa.

Apesar de valiosa, esta redução teria pouco impacto no fardo do custo do jornal, visto que estes itens não representam uma grande proporção nas despesas da maioria dos jornais. A solução pode passar por uma ação mais abrangente e drástica. Instamos, seja como for, que a exploração do terreno seja, entretanto, iniciada com vista a uma solução geral do programa de ação. Assim sendo, sugerimos:

I. A aceitação, como hipótese de trabalho, do princípio básico de que a forma de fomentar uma imprensa livre e independente financeiramente passa por estender o princípio da tarifa de imprensa de uma forma que continue a manter a imprensa livre de controlo governamental, transmitindo uma maior parte do custo do serviço público que é prestado pelo jornal para o erário público;

II. O estabelecimento de um organismo imparcial para averiguação de factos, composto por especialistas independentes, para investigar e relatar sobre as melhores maneiras de aplicar este princípio...

O leigo poderia reear que este plano tornasse o negócio dos jornais demasiado fácil e lucrativo. Porém, não existe perigo real que isso aconteça. Qualquer tendência gerada por este plano para tornar os jornais demasiado ricos seria contrariada em três maneiras:

1. Não existe um negócio com uma tendência mais forte para reinvestir os lucros. Não há, em sítio nenhum, um negócio que se compare em importância com um jornal e onde tão poucas fortunas tenham sido feitas – e alguns dos denominados milionários dos jornais fizeram as suas fortunas noutros lados e eram ainda mais ricos antes de entrarem no ramo da imprensa. Similarmente, não existe outra profissão, com exceção da dos professores, que seja tão distinguida como o jornalismo pela sua habilidade de atrair homens e para conseguir o seu serviço devotado sem o incentivo de grandes recompensas financeiras. Muitos homens fizeram fortunas na advocacia, medicina ou engenharia, mas poucos entraram nas classes mais afluentes através dos lucros retirados da profissão do jornalismo.

Quanto aos poucos homens que fizeram fortuna no negócio dos jornais, todos eles foram distinguidos pela proporção dos lucros que usaram para melhorar os padrões dos seus

jornais quanto à qualidade e quantidade de notícias. Nenhum jornalista contrariaria o encorajamento desta tendência e qualquer perigo de os jornais se tornarem demasiado ricos seria reprimido pela imposição de impostos sobre os lucros acima de, por exemplo, seis ou oito por cento. Isto levaria, certamente, a que os lucros fossem utilizados para melhorar as condições de trabalho, para aumentar salários ou para formar especialistas em diversos géneros de notícias, como notícias científicas ou diplomáticas, estendendo o serviço de notícias, desenvolvendo as formas de detetar e corrigir erros – ou seja, os lucros seriam usados em diversas formas de eliminar notícias falsas.

A alusão aos salários merece mais comentários. Muitos jornalistas recebem, agora, baixos salários, principalmente por existir tão pouco dinheiro no negócio dos jornais sob o presente sistema. E isto é perigoso, devido ao importante papel desempenhados pelos jornalistas nos jornais. O perigo, porém, não é o da venalidade, como muitos poderiam pensar, mas sim do facto dos jornalistas, quando pagos miseravelmente, terem poucas hipóteses de desempenhar bem e cuidadosamente o trabalho que o interesse geral exige.

É muito difícil, por exemplo, resumir um debate internacional de 25 mil palavras de forma precisa, justa, que cubra todos os pontos de vista, de uma forma interessante e inteligente para leitores distantes, e, tudo isto, em apenas 500 palavras. Requer experiência e treino técnicos, mas pressupõe também prazer no estudo necessário para que se tenham as bases requeridas para a compreensão da matéria em causa. O jornalista deveria conseguir receber de tal trabalho o necessário para viver. Todavia, muitos jornalistas recebem tão pouco que se veem obrigados a fazer dois ou três reportagens sobre o mesmo assunto para jornais em diferentes locais e a escrever artigos sobre vários outros temas, “trititando” assim todos os dias. Esta não é, claramente, a forma de encorajar notícias rigorosas sobre assuntos delicados; mas a culpa não é dos jornalistas mal pagos, porque o jornalista não tem como fazer o seu trabalho com os padrões de qualidade que gostaria. Quanto mais sabemos sobre as limitações a que estão sujeitos os jornalistas, mais ficamos maravilhados com rigor da imprensa e não com os seus erros.

Tornar os jornais mais rentáveis é ajudar a acabar com os malefícios do jornalismo mal pago. Os nossos oito itens (impostos diretos) sugerem uma forma mais direta de melhorar os padrões da imprensa, atacando estes males nos países onde isso é mais necessário. Nesses países, é provável que o imposto sobre o rendimento comece num nível muito baixo. Ao isentar deste imposto todos os jornalistas com um rendimento que seja, por exemplo, menos do dobro do patamar mínimo para a isenção do imposto e/ou reduzir esta taxa para, digamos, cinquenta por cento nas categorias mais baixas, um país

pode conseguir um aumento no rendimento líquido dos jornalistas mais mal pagos, sem aumentar o custo da produção dos jornais. Isto seria, sem dúvida, uma forma de transferir o fardo para o erário público.

2. Qualquer perigo de os jornais se tornarem demasiado ricos seria contrariado pela sua tendência de aumentar os seus padrões de publicidade, à medida que a sua dependência em anunciantes individuais diminui; se olharmos à nossa volta, apercebemo-nos que, de uma forma geral, o tipo de publicidade que um jornal aceita é um bom indicador da sua capacidade financeira. Por outras palavras, um jornal com boa saúde financeira tende a rejeitar voluntariamente publicidade dúbia ou objetável que se pode encontrar em jornais financeiramente mais fracos. Para citar apenas um exemplo, um certo jornal, conhecido pelo seu poderio financeiro, alcançado por meios puramente jornalísticos, chegou ao ponto de atribuir recompensas aos seus funcionários que impediram a publicação de anúncios publicitários dúbios ou fraudulentos no jornal.

Mais, o ideal de qualquer verdadeiro homem dos jornais é estar numa posição de segurança tal em que se possa dar ao luxo de dizer aos seus anunciantes para irem para o diabo com os seus anúncios se não gostarem da política do jornal ou se quiserem comprar publicidade com a contingência, direta ou indireta, de interferirem na publicação ou omissão de certas notícias. Frequentemente, rejeitam anúncios publicitários quando não estão em posição de o fazer em segurança. Obviamente, quanto menor for a percentagem da sua receita que qualquer jornal tenha de obter a partir da publicidade, mais perto ficará de atingir este ideal; além disso, quanto mais publicidade o jornal rejeitar ou perder, menor será o perigo de ter falsidades a serem publicadas nas notícias ou nas colunas de publicidade do jornal e menor a probabilidade de o jornal se tornar demasiado rico.

3. Finalmente, se, mesmo assim, os lucros dos jornais tendessem a tornar-se demasiado altos ou fáceis de obter sob este plano, isso resultaria simplesmente no encorajamento do estabelecimento de mais jornais em cada cidade. Isto seria uma grande vantagem, porque, como referimos, aumentar o número de jornais independentes significa aumentar a sua diversidade e de dar à verdade uma maior probabilidade de se tornar conhecida e reconhecida. Por este ponto de vista, a importância das nossas propostas não pode ser demasiado sublinhada, nem podemos deixar de salientar o risco que vemos na presente tendência de diminuição do número de jornais em cada cidade – uma tendência que está diretamente relacionada com o elevado custo de produção de um jornal debaixo do sistema atual. Não existe o perigo de surgirem demasiados jornais, mais não seja pela seguinte razão: quanto mais rentável se tornar o negócio dos jornais sob um plano deste

género, mais jornais serão criados. Consequentemente, o aumento da competição levará à redução da circulação e das receitas de publicidade daqueles com grandes lucros, ao mesmo tempo que desencorajará a fundação de mais jornais. Assim, o equilíbrio seria rapidamente restaurado, com a cidade a ser beneficiada com a existência de mais jornais do que anteriormente. Similarmente, o risco de os jornais se tornarem demasiado grandes ou demasiado poderosos seria limitado pela forma como este plano encoraja a criação de muitos e pequenos jornais.

Em conexão com a questão geral das salvaguardas, não podemos salientar demasiado que um elemento indispensável no princípio das tarifas de imprensa, como as concebemos, é o de que essa tarifa tem de ser atribuída a todos jornais, sem distinção sobre o seu carácter ou política. Apenas esta salvaguarda permite que a transferência seja feita sem o risco de existir controlo governamental sobre a imprensa...

Para concluir este tema, podemos referir brevemente duas possíveis objeções à nossa proposta. Pode-se argumentar que certos jornais que aparentam ser financeiramente independentes não possuem padrões tão elevados como outros que são financeiramente mais fracos. É verdade que não há forma de garantir que uma grande extensão das tarifas de imprensa irá melhorar os padrões de todos os jornais de forma igual ou acabar com todas as notícias falsas. Nada o pode fazer. O melhor que podemos esperar é atingir melhorias de uma forma ampla e conseguir um avanço relativamente à situação atual. A única forma rigorosa de procurar provas disto é comparar não os padrões de jornais individuais aqui e ali, mas sim os padrões da imprensa como um todo nos países onde ela é menos livre, financeiramente ou de outra forma, com os padrões da imprensa em países onde ela alcançou maior independência. Tais comparações deverão não deixar dúvidas de que a melhor forma de aumentar a falsidade passa por diminuir a liberdade e a independência da imprensa, e de que a forma mais segura de diminuir a falsidade é aumentar o número de jornais autónomos. Se, ainda assim, persistirem dúvidas, consultemos esses mesmos jornais que, apesar de fracos financeiramente, têm altos padrões de notícias e perceberemos que esses jornais acreditariam que os seus padrões seriam ainda mais elevados se contassem com um maior poderio financeiro.

Finalmente, poderá argumentar-se que uma transferência tão substancial custaria demasiado. Fundamentações desse género são infundadas e devem-se, simplesmente, a falta de imaginação. Que ninguém volte a pensar que tudo o que paga pelo seu jornal é o dinheiro que coloca no balcão da papelaria, dinheiro esse que cobre apenas uma pequena parte do custo de uma cópia. Não existe maneira de receber algo em troca de nada, mesmo nos jornais – existe apenas essa ilusão. O que o leitor não paga diretamente pelo seu jornal, paga indiretamente, muitas vezes e de muitas formas, no preço de outros bens que compra, em maus e corruptos governos, na preparação e no combate de guerras de todos os tipos (financeira, económica e homicida). É muito mais barato pagar esse custo indireto através de impostos, se isso for feito

de forma aberta e de modo a fomentar uma imprensa independente. Isto não é apenas porque apenas uma pequena parte do que o mundo gasta agora em guerra seria necessária para libertar a imprensa. É porque não pode nunca existir uma economia, mesmo para o mais pobre dos homens, onde é o ladrão que alimenta o cão de guarda.

Providenciar livre acesso às notícias é, claramente, apoiar o rigor e combater as notícias falsas. Isso facilita a obtenção de relatos de testemunhas oculares treinadas; elimina a necessidade de os jornalistas terem de depender de fontes que têm, muitas vezes, de permanecer secretas e o perigo de essas fontes enganarem o jornalista que nelas confia. Também reduz a um mínimo a influência dos jornalistas impostores que disseminam, de forma deliberada e maliciosa, notícias falsas, já que o seu relato passa a ser sujeito ao controlo da massa de jornalistas honestos. É tão evidente que é favorável ao interesse geral que os jornalistas devem ter acesso livre às notícias que isso nem deveria ser necessário afirmar. Ainda assim, a melhor evidência disto é o histórico sobre esta matéria que demonstra que o mundo apenas pode confiar nos jornalistas para combater, sempre, as notícias falsas.

Às custas do jornalista e, frequentemente, sob grande dificuldade ou perigo para o próprio jornalista, a imprensa procurou, ao longo da história, disseminar os relatos de testemunhas oculares (se possível, por testemunhas treinadas) de cada evento, muitas vezes indo mesmo além da sua capacidade financeira ou poder político. Assim, a imprensa, outrora dependente do “ouvir dizer” ou contos de viajantes para notícias do exterior, desenvolveu, a partir do seu próprio desejo de contar a verdade, uma vasta rede de testemunhas treinadas, espalhadas por todo o mundo, e com quem se pode contar para realizar todos os esforços para presenciar pessoalmente o evento – fogos, cheias, motins, batalhas, pragas conferências ou investigações – ou, se tal não for possível, conseguir a segunda melhor hipótese: recolher, comparar e examinar com cuidado os relatos daqueles que falaram com os sujeitos das notícias ou testemunhas oculares. É fácil de perceber que quanto mais forte financeiramente for o jornal, mais gastará para ter os seus próprios correspondentes espalhados pelo mundo.

Até agora, os assuntos de governação que foram abertos ao público, foram-no devido, principalmente, à vontade insistente dos jornalistas verem e ouvirem eles próprios. Isso foi conseguido, a maior parte das vezes, contra a forte oposição do órgão governamental e face à apatia do público geral. Quase toda a gente concorda agora que a liberdade da imprensa é do interesse de todos. Contudo, quantos não jornalistas ou escritores foram aprisionados, mutilados ou queimados para dar à humanidade esta dádiva?

O mesmo aconteceu relativamente à publicitação dos assuntos governamentais. Ninguém imaginaria agora que um parlamento pudesse reunir em segredo. Porém, essa prática foi sugerida pelos membros do parlamento britânico, aceite pelo público e rejeitada depois de uma árdua luta, originada pelos ataques da imprensa. Todas as razões apresentadas para tratar



assuntos de interesse nacional em segredo foram mais tarde apresentadas para mostrar que seria fatal tratar assuntos internacionais em público.

Apesar de todo o descrédito que recaiu sobre a diplomacia secreta por esta ter levado a um holocausto provocado por um mundo de olhos vendados e de todo o fervor a favor de convênios abertos, os Governos, quando desenharam, em segredo, a Convenção da Liga das Nações, não deixaram estabelecido que as suas reuniões seriam públicas. Quando esta Liga teve início, apenas há doze anos atrás, todas as suas reuniões eram secretas. A publicitação sobre esta instituição que existe agora foi conseguida porque a imprensa esteve sempre presente e insistiu em ver e ouvir em primeira mão o que reportava. Recordamos com orgulho que um dos primeiros atos da nossa associação foi enviar o seu primeiro presidente e secretário-geral ao Conselho para insistir que as reuniões da Liga fossem abertas à imprensa. Foi, é e sempre será (porque está embutido no espírito do jornalista de cada país) a política da *International Association of Journalists Accredited to the League of Nations* fazer tudo o que puder para permitir que os jornalistas, sejam membros ou não da associação, vejam e ouçam por eles próprios o que transpira de qualquer reunião da Liga que tenham de reportar.

Todos preferem ouvir as notícias a partir da testemunha ocular; todos exigem (e por uma ninharia) a verdade sobre qualquer assunto em qualquer lugar, no próprio dia, no jornal do dia e, ainda assim, a imprensa teve sempre de lutar contra qualquer membro da sua vasta circunscrição – oficiais, homens de negócios, financiadores, etc. – apenas para ser capaz de testemunhar diretamente o que realmente se passa em cada domínio. A imprensa possui o nobre histórico de ter sido respondido “presente” quando foi convidada para testemunhar em primeira mão um evento importante – fosse do ar no Polo Norte ou a pé na África profunda, no meio de um tiroteio ou de trabalhos estéreis. A imprensa foi, muitas vezes, barrada à entrada, mas nunca se recusou a entrar...

A [Primeira] Grande Guerra foi ou não o período onde mais se disseminaram as notícias falsas, precisamente o período em que os governos gozaram do maior controlo sobre a imprensa e em que os jornalistas foram menos livres do que nunca?

É ou não verdade que os padrões gerais da imprensa e, em especial o seu rigor e o seu tom quando lidam com assuntos internacionais, são mais elevados quando os jornais são mais livres e mais financeiramente independentes e quando mais estão nas mãos de jornalistas profissionais?

Subiram ou não os padrões dos jornais quando foi mais livre o acesso às notícias?

Para nós, não pode existir hesitação. Não existe nenhuma garantia de que o problema das notícias falsas pode ser resolvido por tentativas negativas de punir aqueles que, em 90% dos casos, são as vítimas de um sistema pouco rigoroso. Existem todas as garantias que a solução reside em libertar positivamente os elementos férteis e as forças básicas que perseguem a verdade. O problema das notícias falsas não é um problema de restrição, mas sim de libertação da imprensa.

Este artigo foi escrito como um relatório para a Liga das Nações em nome da *International Association of Journalists Accredited to the League Of Nations*. Clarenke K. Streit foi presidente desta associação entre 1931 e 1932. O relatório foi publicado pela Liga das Nações com data de 1 de Novembro de 1932.

No ano seguinte, o relatório foi traduzido para francês e publicado num panfleto sob o título "Comment combattre fausses nouvelles". O artigo suscitou grande interesse entre os delegados da Liga e foi objeto de debate na 13ª Assembleia, em Setembro de 1932. Clarence K. Streit é (e era na altura em que escreveu o relatório) correspondente em Genebra do *New York Times*.